

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI e INCRA 2

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Do Sr. Paulão e outros)

Requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVITE ao Professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, para participar de audiência pública a fim de tratar sobre a demarcação de terras quilombolas no nosso País.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que ouvido o plenário desta Comissão, seja convidado o Professor Alfredo Wagner Berno de Almeida doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e, atualmente, é professor colaborador da Universidade do Estado do Amazonas, coordenador do Núcleo Cultura e Sociedades Amazônicas, atuando principalmente nos seguintes temas: povos tradicionais, etnicidade, conflitos, movimentos sociais, processos de territorialização e cartografia social, Amazônia.

JUSTIFICATIVA

Importante se faz que possamos receber contribuições do Professor Alfredo Wagner, para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre seu temário e os problemas existentes nas áreas relativas aos quilombolas e assentados, no que tange à demarcação de terras.

CD160807024047

CD160807024047

O projeto da cartografia social permite às populações desenhar, com ajuda de profissionais, mapas dos territórios que ocupam. No Brasil, as primeiras iniciativas foram desenvolvidas em territórios da Amazônia Legal, e depois se estenderam para outras regiões brasileiras, especialmente na área rural. O mapeamento social geralmente envolve populações tradicionais extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares e indígenas, e é um instrumento utilizado para fazer valer os direitos desses grupos frente problemas relacionados à grilagem de terras, ao não cumprimento de normatizações referentes às delimitações de terras indígenas e a áreas de preservação/ proteção ambiental.

Para tanto solicitamos o apoio aos nobres para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 2016.

Dep. Paulão

PT – AL

Dep. Erika Kokay

PT - DF

Dep. Nilto Tatto

PT – SP

Dep. Valmir Assunção

PT - BA

CD160807024047

CD160807024047

Dep. Marcon

PT - RS

Dep. Patrus Ananias

PT - MG

CD160807024047

CD160807024047